

Novas e Velhas Extremas-Direitas

Coordenação de:
Cecília Honório e João Mineiro

parsifal

TRANSFORM! EUROPE IS PARTIALLY FINANCED THROUGH
A SUBSIDY FROM THE EUROPEAN PARLIAMENT



© 2021, autores e Edições Parsifal, Lda.

EDIÇÕES PARSIFAL

Av. Elias Garcia, n.º 76, 1.º F
1050-100 Lisboa
Telefone: 211 985 674
info@parsifal.pt

Autores: Andrea Peniche, Bruno Madeira, Cecília Honório, Daniel Pinéu, Fernando Rosas, Francisco Mangas, João Mineiro, José Manuel Pureza, José Manuel Sobral, Manuel Loff, Steven Forti, Virgílio Borges Pereira e Xavier Casals

Título: *Novas e Velhas Extremas-Direitas*

Coordenação: Cecília Honório e João Mineiro

Tradução do capítulo 6: Vera Sofia de Sousa Palos

Tradução do capítulo 7: Sérgio Vitorino

Capa: Pedro Gil

Fotografia de capa: Biblioteca de Arte/FCG

Paginação: Augusto Nunes

Revisão: Ana Mendes

Impressão: Lousanense, Lda.

1.ª edição: Agosto de 2021

ISBN: 978-989-8760-87-6

Depósito Legal n.º 486 213/21

Distribuição: Clube do Autor, S. A.

Av. António Augusto de Aguiar, n.º 108, 6.º andar

1050-019 Lisboa

Telefone: 214 149 300 / Fax: 214 141 721

ÍNDICE

DE QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS DAS NOVAS EXTREMAS-DIREITAS? <i>JOÃO MINEIRO E CECÍLIA HONÓRIO</i>	9
1. QUATRO PONTOS SOBRE A EXTREMA-DIREITA EM PORTUGAL <i>FERNANDO ROSAS</i>	15
2. ANTIGLOBALISTAS GLOBAIS: A EXTREMA-DIREITA E A ORDEM INTERNACIONAL <i>DANIEL PINÉU E JOSÉ MANUEL PUREZA</i>	23
3. BELAS, RECATADAS E DO LAR: O ANTIFEMINISMO COMO ARMA DE DESLEGITIMAÇÃO DA DEMOCRACIA <i>ANDREA PENICHE</i>	35
4. NÃO SÃO MESMO (NEO)FASCISTAS? O LUGAR DA EXTREMA-DIREITA NO ASSALTO À DEMOCRACIA <i>MANUEL LOFF</i>	49
5. IDENTIDADES E GLOBALIZAÇÃO: QUE NACIONALISMOS NA AFIRMAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA? O CASO AMERICANO NA ERA DE TRUMP <i>JOSÉ MANUEL SOBRAL</i>	73
6. O VOTO NA FRENTE NACIONAL FRANCESA E A SUA INSCRIÇÃO SOCIAL: ALGUMAS ILAÇÕES DECORRENTES DA SUA MAIS RECENTE SOCIOLOGIA <i>VIRGÍLIO BORGES PEREIRA</i>	89
7. A LIGA DE SALVINI. DO SECESSIONISMO PADANO AO NACIONALISMO ITALIANO <i>STEVEN FORTI</i>	101

8. VOX, CHEGA E A ULTRADIREITA PENINSULAR <i>XAVIER CASALS</i>	115
9. PORTUGAL – O FIM DA EXCEÇÃO <i>CECÍLIA HONÓRIO</i>	125
10. A INTERVENÇÃO CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE ASSALTO AO PODER DAS DIREITAS RADICAIS PORTUGUESAS (1976-2019) <i>BRUNO MADEIRA</i>	143
11. A LONGA MARCHA DO ANTICIGANISMO: HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA <i>FRANCISCO MANGAS</i>	159
NOTAS BIOGRÁFICAS	173

5. IDENTIDADES E GLOBALIZAÇÃO: QUE NACIONALISMOS NA AFIRMAÇÃO DA EXTREMA-DIREITA? O CASO AMERICANO NA ERA DE TRUMP

JOSÉ MANUEL SOBRAL

I. PERSISTÊNCIA DO NACIONALISMO NA ATUALIDADE

Ao contrário do que alguns anteviam (Hobsbawm, 1990), o incremento contemporâneo da globalização não se saldou por um enfraquecimento do nacionalismo. Nem o aumento das trocas económicas, o desenvolvimento das empresas transnacionais, o das telecomunicações e do digital, nem a difusão de estilos de vida e subculturas anglo-americanas e do inglês como língua de comunicação conduziram a esse resultado. Mesmo no quadro da construção de entidades supranacionais, que retiraram poder aos Estados menos poderosos, como foi o caso da União Europeia, não se assistiu ao desaparecimento das lealdades nacionais. Pelo contrário, as tensões no seu seio têm alimentado confrontos de tipo nacionalista, de que o *Brexit* é atualmente o exemplo maior.

As próprias migrações, tidas como uma dimensão estrutural da globalização, não conduzem de modo unívoco a uma assimilação, ou a um qualquer cosmopolitismo, e podem mesmo contribuir para a manutenção de vínculos nacionais: o chamado “nacionalismo diaspórico” ou “nacionalismo à distância” (Anderson, 1998). Se este não é novo – o apoio da diáspora irlandesa nos EUA revelou-se fundamental no processo de independência da Irlanda –, um fator como a rapidez e a facilidade de comunicações constituem elementos propícios – tal como a hostilidade encontrada na sociedade para onde se emigrou – à manutenção de relacionamentos estreitos entre imigrantes e os seus países de origem, ao nacionalismo na era digital. A sociedade em rede (Castells, 2006) constitui um suporte da manutenção e ressurgimento das identidades nacionais.

Não há, contudo, qualquer base para anunciar que o nacionalismo será a ideia-força subjacente aos conflitos no século XXI (Greenfeld, 2016). Nem essa especulação parece relevante. Basta-nos constatar a sua importância no presente e, por certo, no futuro próximo. Sirva como exemplo o conflito atualmente existente entre os EUA e a China, que tem como pano de fundo a emergência da última como uma superpotência rival. A presidência Trump adotou um conjunto de medidas de protecionismo económico destinadas a preservar a preeminência norte-americana, ameaçada tanto em setores de ponta, como as telecomunicações, em que parecia não ter rivais a ameaçá-la, como em termos geopolíticos globais. A afirmação da presença do capital do Estado chinês à escala pluricontinental veio contrariar uma hegemonia construída a partir da Segunda Guerra Mundial e reforçada com o colapso da URSS. A reação norte-americana está envolvida numa retórica agressiva, que passa inclusivamente por tentar responsabilizar a China pela atual pandemia, que seria causada não por um vírus surgido na China, mas por um vírus *chinês*. O Estado chinês tem respondido de modo contundente a esta campanha – bem como aos protestos contra a intensificação do controle de Hong-Kong ou da perseguição aos Uigures –, que representa uma viragem enorme nas relações internacionais, até então dominadas por um neoliberalismo pragmático. A sua resposta traz a marca de um nacionalismo ressentido, fruto da história. A história de um Estado poderoso que sofreu as humilhações do imperialismo ocidental no decurso das Guerras do Ópio no século XIX, que impuseram à China a autorização do consumo da droga importada. Estas traduziram-se em atos de uma violência não só física, mas simbólica, enorme, como o saque e ocupação de Pequim ou a cedência de Hong-Kong aos britânicos, cuja recordação é mantida viva pelas autoridades chinesas. Algo similar ocorre com a relação com o Japão, que invadiu a China nos anos 30 do século XX, deixando um rasto de destruição (French, 2018).

As tensões nacionalistas não se resumem a este confronto, que é, no entanto, particularmente importante dadas as suas implicações à escala global. Elas fazem-se sentir na União Europeia, trate-se do *Brexit* ou do crescimento de aspirações nacionalistas que põem em causa nacionalismos estatais, como sucede na Catalunha ou na Escócia,

ou de percursos nacionalistas autoritários em confronto com ditames da União, como ocorre na Hungria ou na Polónia.

Não podemos analisar aqui detalhadamente as razões que explicam esta persistência e mesmo intensificação do nacionalismo – mais complexas e diversificadas do que atrás se diz –, pois afastar-nos-íamos do nosso objeto. Vale a pena, no entanto, deixar claro que, sendo o nacionalismo um produto da história, em que as agências do Estado – como a escola ou exército, fundamentais na socialização das populações – ou grupos de doutrinadores, atuando através da imprensa e dos meios de comunicação, têm um papel central na criação da crença que se pertence a uma coletividade específica dotada de um passado próprio e de características singulares, ele torna-se realmente poderoso enquanto componente de uma identidade coletiva – a identidade nacional –, para muitos indiscutível e mesmo sagrada. Para este resultado contribuem tanto a ação estatal, a quem cabe a definição de quem é nacional ou estrangeiro, quem pode usufruir da condição de cidadão e quem é, pelo contrário, excluído e discriminado, quanto a dos cidadãos. São estes quem reproduz, muitas vezes de um modo não consciente – através do chamado nacionalismo “banal” (Billig, 1995) ou “quotidiano” (Edensor, 2002) – essa mesma identificação, ao aplaudirem seleções *nacionais* de futebol, ao ouvirem música *nacional* ou ao consumirem produtos identificados como *nacionais*.

2. O NACIONALISMO E A DIREITA RADICAL

O nacionalismo – entendido muito genericamente como um sentimento de ligação e identificação com a nação e amor por ela (Guibernau, 2013: 124) – é um fenómeno complexo, com manifestações de sentido muito distinto e mesmo oposto. Simplificando, pois a realidade é bem mais complexa do que qualquer classificação ou tipologia, podemos dizer que o espaço das manifestações históricas do nacionalismo é balizado por dois polos, dispondo-se entre eles diversas combinações entre elementos de um e de outro. Num dos polos encontra-se um nacionalismo liberal. Este aparece ligado à abolição das monarquias absolutas e ao avanço de reivindicações democráticas associadas a movimentos de libertação nacional na Europa do século XIX e em outros continentes;

ou, a seguir à Segunda Guerra Mundial, quando o desenvolvimento do Estado social foi legitimado pela necessidade de fazer com que a população nacional, que tinha sofrido os horrores da guerra, usufruísse de um conjunto de benefícios e direitos, até então apanágio de uma minoria (Tamir, 2019: 88-90). E, no outro, um nacionalismo xenófobo, imperialista e racista, que se afirma a partir de finais do século XIX, e a que um dos primeiros historiadores do fenómeno chamou “nacionalismo totalitário” (Hayes, 2016). Este último reveste-se de um interesse especial para este ensaio centrado na abordagem do nacionalismo radical que levou Trump à presidência dos EUA. O novo presidente democrata, que se lhe opõe política e ideologicamente, não abandonou, entretanto, posturas nacionalistas. Se o republicano queria fazer de novo a América grande, o outro proclama que ela “está de novo em movimento” (Blackall, 2021).

Embora o nacionalismo seja central nos movimentos da direita radical, como aconteceu nos fascismos do período de entre as guerras, essa importância está longe de obter o devido reconhecimento. Isso sucede numa obra recente de Cas Mudde (2019), que não fala em nacionalismo, inclusivamente no glossário incluído no volume em que se incluem termos que o pressupõem, como *homonacionalismo* ou *femonacionalismo*, para designar, respetivamente, o recurso à defesa dos direitos dos homossexuais e das mulheres, como argumento islamófobo. Ou *nativismo*, uma ideologia que defende que os Estados deviam ser habitados pelo grupo nativo (a nação) (Mudde, 2019: 192-193). Ora, não se pode compreender o nativismo sem ter em conta que o mesmo é uma expressão do nacionalismo.

Ao minorizá-lo, excluindo-o, na prática, da sua abordagem, Mudde afasta o estudo da extrema-direita dos partidos maioritários, com os quais aquela mantém relações simultaneamente de concorrência política e de afinidade e convergência em muitos aspetos da definição da nação e dos objetivos nacionais. Sem ter em consideração a proximidade de certas forças em matéria da conceção da nação e da identidade nacional – entre, por exemplo, o UKIP e os Conservadores na Grã-Bretanha, unidos na afirmação de uma determinada identidade britânica, separada da Europa, e defendendo restrições severas à imigração –, torna-se difícil perceber adequadamente alguns objetivos da sua análise, como as dinâmicas de cooptação das ideias da direita radical pelos partidos do sistema ou a

incorporação desses partidos no Governo (Mudde, 2019: 136-139). E afasta também o estudo da direita radical no presente do passado histórico, como se ela não possuísse antecedentes. Ora, a direita radical tende geralmente a agregar-se – e utilizamos esta expressão, pois não há unanimidade nestes movimentos – em torno de uma identidade nacional exclusivista, propriedade dos autóctones, e a rejeitar quem não se inclui nela. Se todas as identidades nacionais pressupõem o estabelecimento de uma distinção entre nacionais e estrangeiros, *nós* e os *outros*, aquilo que diferencia especificamente os nacionalismos de extrema-direita é a exacerbação xenófoba da diferença e exclusão do outro e a recusa extrema a processos de incorporação de imigrantes e dos seus descendentes. É, por outras palavras, a ênfase em critérios étnicos de definição da identidade nacional ou na autoctonia nativista e a recusa ou minorização dos critérios cívicos, como os que decorrem da aquisição da nacionalidade por naturalização, por exemplo.

A análise destes elementos permite detetar as afinidades entre a direita radical dos nossos dias e a do passado. Estabelecer uma genealogia à direita radical permite detetar continuidades não só relativamente a um contexto particularmente recente e localizado – fascismos e regimes fascizantes dos anos 20 e 30 –, como a um mais longínquo e amplo, o do nacionalismo autoritário, imperialista e racista, cuja influência é maior entre as últimas décadas do século XIX e a Segunda Guerra Mundial. Este é o tempo da ocupação da África e de grande parte da Ásia pelos impérios coloniais europeus e da expansão norte-americana nas Caraíbas e no Pacífico. É o tempo em que se populariza uma visão racializada da história e da vida social, em que a dominação imperial é vista como produto dos atributos hereditários de uma dada raça – branca ou caucasiana, anglo-saxónica, ou ariana, por exemplo – e os dominados são vistos como raças inferiores. É um tempo de influência das teorias que viam na raça uma explicação para os factos sociais e que se traduziram no racismo expresso a nível externo através da dominação colonial e internamente. Neste último caso chegou-se à tentativa de extermínio pelos nazis e seus aliados de populações tidas como inferiores e que poriam em causa a pureza rática da nação, como os judeus e os ciganos. Mas este é um exemplo extremo de um racismo também influente em democracias, como o mostra o caso dos EUA,

em que a segregação racial persistiu até aos anos 60 (King, 2019). Este é o passado mais antigo (Hayes, 1941), em que se articularam pela primeira vez discursos e políticas nacionalistas, que devemos ter em conta quando analisamos os movimentos de direita radical no presente.

É útil, por isso, observar o crescimento da direita radical enquanto manifestação do “revivalismo nacionalista” na atualidade (Judis, 2018). Como se observou numa obra dedicada à radicalização da direita americana, baseada numa etnografia do universo dos seus simpatizantes, esta é parte de uma dinâmica que envolve a afirmação de regimes de direita – “centrados no sentimento nacional, num governo central forte e na intolerância face a minorias dissidentes” –, como os da Hungria, da Polónia, da Rússia ou da Índia, ou movimentos como a Frente Nacional [que, entretanto, mudou de designação] em França, o Partido Nacional Democrático na Alemanha e o UKIP na Grã-Bretanha (Hochschild, 2016: 230). O movimento cristalizado em torno da presidência de Trump é uma das suas manifestações principais. Inspira outras movimentações semelhantes sobre as quais exerce uma influência sem paralelo. Tem émulos, como Bolsonaro no Brasil, emissários apostados em internacionalizar esse movimento fora dos EUA, como Steve Bannon, e é um aliado de nacionalismos étnicos e religiosos radicais, como o representado pelo Likud e seus associados em Israel, que apoiou fortemente, ou o representado pelo Governo de Modi na Índia.

3. A RADICALIZAÇÃO DO REPUBLICANISMO E O NACIONALISMO NA PRESIDÊNCIA TRUMP

O movimento que levou Trump à presidência não começou propriamente com a sua candidatura – foi precedido muito recentemente pelo Tea Party, por exemplo – e reage a circunstâncias externas e internas. Externamente, apresenta-se como um protesto nacionalista contra uma globalização que teria prejudicado a economia norte-americana, levando ao encerramento e deslocalização de indústrias, enquanto beneficiava outras, como, e sobretudo, a da China. Internamente, procurou afirmar-se como o protagonista de uma luta contra um *establishment* cosmopolita, globalizador,

abastado e liberal, e em defesa simultaneamente dos prejudicados pela globalização e dos valores ditos tradicionais – em termos religiosos ou de género – que estariam a ser questionados por diversos movimentos sociais nas últimas décadas. Aos olhos dos seus adversários, representa algo bem diferente: a reação iliberal do racismo e dos defensores da supremacia branca perante movimentos que o questionavam.

A vitória de Trump em 2016 levou a um grande debate sobre os fatores que lhe estiveram subjacentes – uma discussão que continua depois da sua derrota em 2020, em que, no entanto, aumentou o número de votantes na sua candidatura. Encontramos quem assinala a importância dos fatores económicos e de classe – fator ligado em particular ao nível de educação alcançado – no seu apoio eleitoral, apontando nomeadamente para os efeitos da globalização sobre a classe trabalhadora industrial, maioritariamente branca. Trump venceu então em Estados tradicionalmente democratas – Michigan, Pensilvânia, Ohio –, onde se havia assistido a um forte declínio económico, à desindustrialização e ao desemprego em consequência da globalização (Fukuyama, 2016). A transferência de votos deste operariado para os republicanos traduziria um descontentamento de classe e o repúdio de uma elite política liberal, democrata, que, a seu ver, os discriminaria, favorecendo, em contrapartida, minorias, como as mulheres, os negros, os grupos LGBT, ao mesmo tempo que manifestava o seu apego emotivo à identidade nacional (Koulinka, 2017). Outros estudos têm apontado para o facto de as áreas metropolitanas, que tendem ao voto democrata, serem aquelas em que se concentram os indivíduos com mais capital escolar (Damore, Lang e Danielsen, 2021).

Num sentido convergente, um estudo do movimento anterior do Tea Party refere-se à “existência de uma guerra de classes não declarada”, que colocaria em confronto pessoas e visões do mundo. Muitos liberais de classe média alta, negros e brancos, envolvidos em percursos escolares profissionais que os afastavam das suas raízes e comprometidos com causas liberais – como os direitos humanos, a igualdade racial, o aquecimento global – não estariam atentos ao facto de a sua ascensão estar ligada não só ao declínio dos empregos de colarinho azul, mas a todo um modo de vida colarinho azul que estaria a ficar fora de moda, com valores próprios. Os liberais

veriam o apego à comunidade (local) como insularidade e símbolo de estreiteza de vistas, em vez de uma fonte do espírito de pertença e motivo de honra (Hochschild, 2016: 218). As eleições – como a de Trump em 2016 – não opunham, assim, apenas interesses econômicos, mas interesses emocionais (Idem: 225-228), algo que se deve ter em conta para compreender os choques políticos em geral e especificamente aqueles em que o sentimento nacional tem algum papel.

O enfoque na classe é, no entanto, questionado por quem aponta para a importância determinante do racismo, ligado a um sentimento de ressentimento por parte do eleitorado maioritário branco, que assim reagia ao primeiro presidente norte-americano negro, Barack Obama (Coates, 2017). O racismo é tido em conta numa outra leitura, em que se aponta para uma multiplicidade de fatores na gênese da vitória de Trump. O econômico será fundamental, pois foram as questões desta natureza que deslocaram parte do eleitorado da classe trabalhadora industrial, com fraco capital escolar, situada em áreas em declínio (*rust belt*) tradicionalmente democratas, a não apoiar uma candidatura – a de Hillary Clinton – que prometia continuar a seguir a mesma política de globalização neoliberal favorável aos interesses financeiros da Wall Street e que não augurava dias melhores às áreas em declínio (Hopkin, 2020: 87-116). Mas as questões de natureza cultural – as atitudes anti-imigração, a cor/raça, a misoginia – também tiveram importância (Idem). E essas questões confluem numa determinada imagem do que será ser-se americano.

Como dissemos, o nacionalismo conhece expressões não só variadas como opostas e em conflito. Tal revela-se abertamente no caso norte-americano, uma sociedade em que têm convivido tanto expressões inclusivas como exclusivas – e racistas – do nacionalismo. As expressões inclusivas do nacionalismo representam aquilo a que se tem chamado o “nacionalismo cívico americano”, “credo americano” ou “ideologia americana”. Este tem como pilares o respeito pela liberdade, pela democracia e o igualitarismo cultural e político. Como é óbvio, isto não o diferencia de outros nacionalismos liberais-democráticos na atualidade, mas era diferente quando os seus fundamentos foram estabelecidos com a criação dos Estados Unidos. Nessa época, a Europa era constituída

fundamentalmente por monarquias absolutas e dominada pela aristocracia, mesmo em países com instituições representativas, como o Reino Unido. Em teoria, quem concordasse com esses princípios – plasmados na Constituição e na Declaração da Independência – poderia tornar-se americano, fosse qual fosse a sua língua, cultura ou origem nacional. Nesse credo encontram-se também as ideias de que a América possui uma ligação excepcional e única à democracia e à liberdade e que, por conseguinte, a América é excepcionalmente boa. Este conjunto de crenças implicaria, para a maioria dos americanos, a ideia de que os Estados Unidos são o farol da democracia no mundo e possuem não só o direito como o dever de indicar aos outros os caminhos para se chegar aí (Lieven, 2012: 47-49). Esta narrativa pode evidentemente coexistir com atuações políticas muito distintas. Se serve para favorecer e legitimar políticas de inclusão – em relação a imigrantes que irão afluír aos EUA ao longo dos dois últimos séculos, em relação à abolição da escravatura – e para sugerir que este é o país do “melting pot”, também pode servir para legitimar o chauvinismo e a agressão em nome da democracia, como sucedeu com a recente Guerra do Iraque desencadeada pela administração Bush (Idem: 68), ou alimentando, em geral, a crença de uma missão americana no mundo, reproduzindo a ideia dos Estados Unidos como “povo eleito” – à semelhança do Israel bíblico, elegido por Deus para proclamar a sua verdade e onnipotência –, vinculada às raízes protestantes da colonização americana.

A esta versão do nacionalismo americano contrapõe-se uma outra narrativa, representada pelo “nacionalismo radical”, que assenta em pilares bem distintos, étnicos, religiosos e culturais. Este nacionalismo alimenta-se da identificação dos Estados Unidos primeiramente como uma nação étnica constituída por anglo-saxões (ingleses) e irlandeses de ascendência escocesa – quer dizer, protestantes escoceses colocados como colonos na Irlanda no século xvii e que daí vieram para a América. Nutre-se, igualmente, da história e da experiência do Sul branco, dos valores do fundamentalismo protestante e das memórias e medos de alguns grupos americanos (Idem: 84). A identificação dos Estados Unidos como país anglo-saxónico e escocês-irlandês protestante está na base de uma discriminação nativista de que serão objeto os imigrantes que

não possuíam essa origem, como os irlandeses identificados como católicos “papistas”, que emigram em massa na segunda metade do século XIX e ocuparão lugares subalternos por muito tempo. Só em 1960 será eleito um presidente católico e de ascendência irlandesa, Kennedy. A discriminação anti-imigrante atingirá também muitos outros que não pertencem a esse núcleo étnico: as populações mediterrânicas (portugueses, italianos, gregos), eslavas, os judeus, os asiáticos verão as suas entradas limitadas e mesmo impedidas. Em começos do século XX havia quem receasse que a pureza do “stock” rácico inicial, que teria feito a grandeza única da América, fosse desvirtuada pela introdução dos elementos destas raças inferiores – enquanto a emigração alemã prosseguia (King, 2019: 86-94; 112-115). Mas outras vítimas da discriminação já se encontravam no solo americano desde a independência dos EUA, como a população nativa norte-americana, expulsa das suas terras desde o início da colonização e cujos sobreviventes acabarão empobrecidos em reservas, onde ainda muitos habitam nos nossos dias, e a população afro-americana. O *Naturalization Act* de 1790, a primeira lei desta natureza, limitava a aquisição da nacionalidade americana aos estrangeiros livres de raça branca, excluindo do acesso à mesma os nativos americanos, os trabalhadores serviçais, os escravos e os negros livres (embora estes pudessem aceder à cidadania em alguns Estados).

Este nacionalismo radical nativista hostil à imigração liga a América à existência de uma cultura matricial anglo-protestante em que é influente a herança do Sul branco e escravocrata derrotado na Guerra Civil e a experiência de fronteira, forjada na conquista e espoliação dos índios. É também um património dos derrotados na Guerra da Secessão (1861-1865) pelas elites do Norte, mais poderoso, que viram impor-se-lhe o fim da escravatura, primeiro, e um século depois, já bem próximo dos nossos dias, a abolição da segregação racial. De tudo isso nutre-se um ressentimento branco, nostálgico de um passado idealizado – em vez do racismo, o das relações paternalistas¹ – anti-elitista, dos que querem de novo um país de acordo com a imagem que acalentam

¹ Expressas, por exemplo, no filme *E Tudo o Vento Levou* (*Gone with the Wind*).

dele e não um, em sua opinião, dominado pela elite ou por uma “ditadura feminista, gay ou liberal” (Lieven, 2012: 81-112).²

Um dos aspetos salientes na vida americana prende-se com a intensidade das manifestações nacionalistas no espaço público – presença ubíqua da bandeira, feriados nacionais intensamente celebrados. Essas manifestações fazem parte do que foi designado como “religião civil” da América. Esta será uma religião derivada seletivamente em larga medida do Cristianismo, na qual, por exemplo, a América surge, à semelhança do Israel bíblico, como uma nova Terra Prometida aonde Deus conduziu ao seu povo e um farol para toda a humanidade. As referências religiosas têm sido utilizadas para atingir determinados objetivos nacionais, como, entre outros, a causa da União na Guerra Civil americana ou a defesa dos direitos cívicos dos negros norte-americanos na presidência norte-americana (Bellah, 1967).

Mas a religião também é invocada com objetivos exatamente opostos a estes pelo “nacionalismo cristão”, cujos adeptos – em que se contarão principalmente os “brancos pobres” – têm confluído no republicanismo conservador e vieram a apoiar a presidência Trump. Este movimento propõe um regresso literal aos ensinamentos da Bíblia, que seriam superiores ao conhecimento científico, e tem na sua genealogia teólogos protestantes que defenderam a legitimidade da escravatura. Defende a educação no seio da família, é hostil ao feminismo e aos direitos das mulheres, à contraceção e ao aborto, defensor dos papéis tradicionais de género.

² Não se pretende que esta descrição de variedades do nacionalismo americano represente algo mais do que alguns discursos associados a orientações e posições no espaço político-ideológico. Outras análises, que se têm debruçado sobre opiniões recolhidas em inquéritos, sistematizam de outro modo as variações no seu âmbito. Uma delas distingue quatro variedades no nacionalismo popular americano: nacionalistas ardentes, restritivos, ligados ao “credo americano” e “descomprometidos”. Destas variedades, a primeira é a que expressa maior orgulho pelo país em todos os aspetos e que tende a ver grupos como os muçulmanos, judeus, agnósticos e não nascidos na América; a última, que expressa menos identificação e orgulho pelo país, é composta pelos mais novos – e tem uma sobre-representação entre os afro-americanos e nascidos fora do país. Os ligados ao “credo americano” são aqueles que enfatizam o respeito pelas leis e instituições americanas, além de se mostrarem orgulhosos do seu país; os nacionalistas restritivos não expressam tanto orgulho pelo país como os primeiros, mas defendem concepções exclusivistas do ser-se americano. Note-se que os nacionalistas ardentes eram fundamentalmente eleitores republicanos, e os “descomprometidos”, democratas, os ligados ao credo cívico, republicanos, enquanto os “restritivos” se dividiam por ambos os partidos. Assinale-se também que os nacionalistas ardentes eram mais velhos, possuíam rendimentos relativamente baixos e não possuíam uma escolarização elevada (Bonikowski e DiMaggio, 2016).

Em matéria económica, são muito influentes teólogos que se opuseram ao *New Deal* nos anos 30, defendendo uma conceção capitalista libertária (Stewart, 2019: 102-125). Mas Trump não contou apenas com o apoio de fundamentalistas oriundos do campo protestante, pois o catolicismo mais conservador também o favoreceu (Bruenig, 2020).

Se os Estados Unidos são um país onde os sentimentos de identificação nacional são muito fortes, isso sucederá especialmente entre os mais pobres, brancos e negros.

Mais, não haverá tensão, de acordo com o sociólogo Francesco Duina, que lhe dedicou um estudo, entre as suas dificuldades económicas, a desigualdade – que será desvalorizada – e o seu amor ao país (Duina, 2018). Afinal, o sucesso e o infortúnio dependerão, nas opiniões recolhidas, de escolhas pessoais. O próprio legado da escravatura e da segregação não poderia ser evocado para explicar fracassos, dados os progressos alcançados desde então (Duina, 2018: 153). A identificação dos pobres com a América é um elemento chave do seu sentimento de valor próprio e de dignidade.

Haverá uma adesão de base e genuína ao país (Idem: 178).

4. CONCLUSÃO

Procurámos mostrar brevemente como o nacionalismo é um elemento central nos processos de radicalização da direita nos nossos dias, servindo-nos como exemplo da presidência Trump nos EUA e também do Tea Party que a precedeu. Esta radicalização, ligada aos efeitos da globalização contemporânea, está ligada à ascensão da China, que veio questionar a supremacia norte-americana, um pilar do nacionalismo americano. Este facto foi acompanhado pelos feitos internos da globalização de que os EUA foram promotores que levaram a transformações profundas que atingiram em particular as velhas regiões industriais do Midwest. Num país aberto à concorrência, os sindicatos perderam peso e a classe trabalhadora e boa parte da classe média sofreram um declínio dos seus rendimentos.

O ressentimento gerado por tais transformações criou um ambiente propício à receção de narrativas nacionalistas radicais, como as associadas a Trump e ao Tea Party. Numa América profundamente nacionalista, tem sido possível mobilizar e manipular

os sentimentos de quem se sente perdedor face aos que são representados como membros de uma elite cosmopolita, cuja identidade nacional chega a ser posta em questão. Barack Obama, o primeiro presidente negro – identificado como tal nos EUA, pois em outros contextos seria visto como mestiço –, viu a sua naturalidade americana ser negada por muitos conservadores, entre os quais Trump!

O nacionalismo tem muitas faces. Uma delas é a liberal, representada por Obama ou pelo atual presidente Biden, sendo acolhida sobretudo no Partido Democrata. Mas tem outras, entre as quais a radical, de que se falou aqui. O descontentamento aparece como solo propício para a receção e instrumentalização da versão – ou das versões – mais nefasta dos nacionalismos, de que Trump e os seus têm sido arautos. Este facto é da maior importância, dado não só o impacto que tudo o que diz respeito aos EUA tem à escala mundial, como devido ao facto de os nacionalistas radicais ligados a Trump estarem a procurar fomentar uma rede de relações internacionais, nomeadamente na Europa, para prosseguirem os seus planos à escala global (Stewart, 2019: 248-273).

Como escreveu há pouco o senador democrata Bernie Sanders: “Temos visto em todo o mundo, na Europa, na Ásia, na América do Sul e nos Estados Unidos, a ascensão de movimentos autoritários nacionalistas similares (...). Nos últimos quatro anos, estes movimentos tiveram um amigo na Casa Branca.” (Sanders, 2021)

REFERÊNCIAS

- Anderson, Benedict. 1998. *The Spectre of Comparisons: Nationalism, Southeast Asia, and the World*. London: Verso.
- Bonikowski, Bart e DiMaggio, Paul. 2016. “Varieties of american popular nationalism.” *American Sociological Review* 81 (5): 949-980.
- Bellah, Robert N. 1967. “Civil religion in America”. *Daedalus* 96 (1): 1-21.
- Billig, Michael. 1995. *Banal Nationalism*. London: Sage.
- Blackall, Molly. 2021. “Thirst thing: America ‘on the move again’ as Biden lays out sweeping agenda”. *The Guardian*, 29-04-2021. <https://www.theguardian.com/us-news/2021/apr/29/>

- first-thing-america-on-the-move-again-as-biden-lays-out-sweeping-agenda
- Bruenig, Elizabeth. 2020. "Biden could be our second catholic president. Does it matter?". *The New York Times*, 23-09-2020. <https://www.nytimes.com/2020/09/23/opinion/biden-catholic-president-2020.html>
- Castells, Manuel. 2006. "Globalisation and identity: a comparative perspective". *Transfer: Journal of Contemporary Culture* 1: 56-67.
- Coates, Ta-Nehisi. 2017. "The first white president: The foundation of Donald Trump's presidency is the negation of Barack Obama's legacy". *The Atlantic*, October 2017. <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2017/10/the-first-white-president-ta-nehisi-coates/537909/> <https://www.theatlantic.com/magazine/archive/2017/10/the-first-white-president-ta-nehisi-coates/537909/>
- Damore, David, Lang, Robert E. e Danielsen, Karen. 2021. "In 2020, the largest Metro Areas made the difference for democrats". Report, *The Brookings Institution*, 4-02-2021. <https://www.brookings.edu/research/in-2020-the-largest-metro-areas-made-the-difference-for-democrats/>
- Duina, Francesco. 2018. *Broken and Patriotic: Why Poor Americans Love their Country*. Stanford: Stanford University Press.
- Edensor, Tim. 2002. *National Identity, Popular Culture and Everyday Life*. London & New York: Berg.
- French, Howard W. 2017. *Everything Under the Heavens: How the Past Helps China's Push for Global Power*. New York: Vintage Books.
- Fukuyama, Francis. 2016. "US against the world? Trump's America and the new global order". *Financial Times*, 11-11-2016.
- Greenfeld, Liah (ed.). 2016. *Globalisation of Nationalism: the Motive-Force behind 21st Century Politics*. Colchester: European Consortium for Political Research Press.
- Guibernau, Montserrat. 2013. *Belonging: Solidarity and Division in Modern Societies*. Cambridge: Polity Press.
- Hayes, Carlton J.H. 1941. *A Generation of Materialism 1871-1900*. New York: Harper and Row.
- . 2016. *Nationalism: A Religion*. New Brunswick (USA) e London (UK): Transaction Publishers.
- Hobsbawm, Eric J. (1994 [1990]). *Nations and Nationalism since 1780*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hochschild, Arlie Russell. 2016. *Strangers in their Own Land: Anger and Mourning in the American Right*. New York: The New Press.
- Hopkin, Jonathan. 2020. *Anti-System Politics: The Crisis of Market Liberalism in Rich Democracies*, New York Oxford University Press.
- Judis, John B. 2018. *The Nationalist Revival: Trade, Immigration, and the Revolt against Globalization*. New York: Columbia Global Reports.
- King, Charles. 2019. *The Reinvention of Humanity: a Story of Race, Sex, Gender and the Discovery of Culture*. London: The Bodley Head.
- Koulinka, Natalia. 2017. "Donald Trump and the return of class – an interview with Francis Fukuyama". *Open Democracy*, 20-10-2017. <https://www.opendemocracy.net/en/donald-trump-and-return-of-class-interview-with-francis-fukuyama/>
- Lieven, Anatol. 2012. *America Right or Wrong: An Anatomy of American Nationalism*. Oxford: Oxford University Press.
- Mudde, Cas. 2019. *The Far Right Today*. Cambridge, UK, e Medford, MA: Polity Press.
- Sanders, Bernie. 2021. "The U.S. must stop being an apologist for the Netanyahu Government". *The New York Times*, 14-05-2021. <https://www.nytimes.com/2021/05/14/opinion/bernie-sanders-israel-palestine-gaza.html>
- Stewart, Katherine. 2019. *The Power Worshipers: Inside the Dangerous Rise of Religious Nationalism*. New York: Bloomsbury.
- Tamir, Yael. 2019. *Why Nationalism*. Princeton e Oxford: Princeton University Press.

NOTAS BIOGRÁFICAS

COORDENADORES

Cecília Honório

Professora de História e investigadora (SLHI/CHAM). É doutorada em História das Ideias Políticas pela Universidade Nova de Lisboa e foi deputada à Assembleia da República. Entre as suas obras publicadas encontram-se *O Espectro dos Populismos* (2018, coord.), *Mulheres Contra a Ditadura* (2015), *Manuel Fernandes Tomás 1771-1822* (2009), e, em coautoria, *Os Donos de Portugal* (2010).

João Mineiro

Investigador. Doutorado em Antropologia e mestre em Sociologia pelo ISCTE-IUL. É membro do Centro em Rede de Investigação em Antropologia. Recentemente foi coautor de *ABC do Socialismo* (2019, coord.), *Caloiros e Doutores* (2018), *O Espectro dos Populismos* (2018), *O Estado por Dentro* (2017) e *Desobedecer à Praxe* (2015). Entre outras distinções, recebeu o Prémio de Iniciação à Investigação em Sociologia (2019) pela Associação Portuguesa de Sociologia. Como *freelancer*, faz crítica de música e de teatro.

AUTORAS E AUTORES

Andrea Peniche

Editora de profissão e ativista no coletivo feminista A Coletiva. Autora do livro *Elas Somos Nós: O Direito ao Aborto como Reivindicação Democrática e Cidadã* (Afrontamento, 2007) e de diversos textos em obras coletivas, sendo o último *O Século XX Português. Política, Economia, Sociedade, Cultura, Império* (Tinta-da-China, 2020).

Bruno Madeira

Investigador integrado no CITCEM/UP e professor convidado equiparado a auxiliar no Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Tem desenvolvido investigação em torno da história das ideias políticas, particularmente das direitas radicais portuguesas.

Daniel Pinéu

Professor auxiliar no Colégio Universitário de Amesterdão. Licenciado em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, é doutorado em Estudos Críticos de Segurança pela Universidade de Aberystwyth e tem um mestrado em Política Internacional pela mesma. Lecionou nas universidades de Hildesheim e de Marburgo e foi professor convidado na Quaid-i-Azam University em Islamabad, Paquistão. Entre 2013-2017, foi professor auxiliar convidado na Universidade de Coimbra e investigador do Instituto Português de Relações Internacionais. A sua investigação centra-se nas temáticas da segurança internacional, da análise de política externa e da sociologia política internacional.

Fernando Rosas

Professor catedrático jubilado no Departamento de História da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Investigador no Instituto de História Contemporânea da mesma instituição, da qual foi fundador e presidente da Direção entre 1994 e fevereiro de 2013. Autor de diversas obras, publicou recentemente *Salazar e os Fascismos* (2019) e, em coautoria, *O Século XX Português* (2020).

Francisco Mangas

Licenciou-se em História pela FLUP em 2014 e terminou, em 2016, o mestrado em História na FCSH-UNL com uma tese sobre o abastecimento cerealífero a Lisboa durante o século XVI. Encontra-se a desenvolver um projeto de doutoramento sobre a presença cigana em Portugal durante a Época Moderna, na Universidade do Porto e no CITCEM.

José Manuel Pureza

Licenciado em Direito e doutor em Sociologia pela Universidade de Coimbra. É professor catedrático de Relações Internacionais na Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra e investigador do

Centro de Estudos Sociais. Desde 2015, é deputado e vice-presidente da Assembleia da República.

José Manuel Sobral

Investigador do ICS da Universidade de Lisboa. Tem pesquisado temas como a família, a estrutura social, a política, o património, o nacionalismo, o racismo, as pandemias, a memória social e a alimentação. Foi presidente da Associação Portuguesa de Antropologia e diretor da revista *Análise Social*.

Manuel Loff

Doutor em História e Civilização pelo Instituto Universitário Europeu (Florença), professor associado na Universidade do Porto e investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e do Centre d'Estudis sobre Dictadures i Democràcies (UAB). Entre muitas outras obras, é autor de *O Nosso Século é Fascista!*, *O Mundo Visto por Salazar e Franco (1936-1945)* e coordenador de *Dictaduras e Revolução. Democracia e Políticas da Memória*. É colunista do diário *Público* (Lisboa).

Steven Forti

Investigador do Instituto de História Contemporânea da Universidade Nova de Lisboa e professor associado na Universidade Autónoma de Barcelona. As suas últimas publicações são *Patriotas Indignados* (com Francisco Veiga e Carlos González-Villa, Alianza, 2019) e *Extrema Derecha 2.0* (Siglo XXI, 2021).

Virgílio Borges Pereira

Sociólogo. É professor associado com agregação do Departamento de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e investigador integrado do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. Colabora com a Faculdade de Arquitetura da mesma universidade.

Xavier Casals

Historiador e professor da Universitat Ramon Llull (Barcelona). É autor de diversos estudos sobre a extrema-direita espanhola e internacional, como *Neonazis en España* (1995) ou *Ultracataluña* (2007). O seu último livro é *La Transición Española. El Voto Ignorado de las Armas* (2016).